

ATA Nº 27/2019 – Da Comissão de Normas e Documentos do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capivari de Baixo – SC.

Aos trinta e um de julho de dois mil e dezenove, às oito horas e trinta minutos, na sala do CMDCA, na Secretaria de Assistência Social, no endereço: Avenida Ernani Cotrim, 163, Centro, no município de Capivari de Baixo, reuniu-se a Comissão de Normas e Documentos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a condução de André Pinto Dalcarobo (APP), estando presentes os conselheiros: Vitor Cesar Paris (Secretaria de Obras), Renata de Oliveira de Souza Roque (Secretaria de Educação), Daiani Antunes (Secretaria de Assistência Social), Pedro Paulo Cardoso Martins (SINTRESC) e Rosa Machado Silveira (CEACA). Estando ainda presente: Marcos Nunes (Associação Jorge Lacerda). André questiona se todos assinaram a ata e lista de presença. André relata que o próximo assunto são as readequações dos projetos: Estação Cultural e Guardas Ambientais apresentados pela Associação Jorge Lacerda. André sugere que seja nomeado um conselheiro para verificar e passar suas considerações para os demais, sugerindo que Eliezer verifique os projetos, sugerindo que passem por uma verificação técnica. André diz que a Comissão deve fazer uma análise por cima, pois é a plenária que aprova, relatando que fica aberto para os conselheiros pedir vista. Rosa diz que entendeu que a entidade faria uma readequação com o valor. André diz que a questão do guarda ambiental ocorre maior valor de dinheiro. Rosa diz que o valor do projeto cancelado do CEACA também é grande, mas ocorre construção, e as coisas são bem especificadas. Rosa diz que o CEACA já teve vários projetos realizados através do FIA. André diz que estão procurando montar um rol para que não ocorram erros. Rosa sugere arrumar algumas coisas também na secretaria, e diz que para realizar a renovação da inscrição da entidade deveriam ser pedidas menos coisas, solicitar um documento mais sintetizado. Dentro dos projetos também tem na Resolução, mas não são cobrados, pra que não de problema, pois na última seleção dos projetos o Grupo Escoteiro entrou de gaiato, pois não foi analisada a sequência do projeto, e diz que a entidade seguindo os itens facilitaria a análise pela comissão, e diz que todos devem seguir um padrão. Eliezer diz a Marcos que recebeu aquele ofício de retratação no grupo, e diz que gostaria de esclarecer que a fala não foi para acusar, muito pelo contrário, o parque ambiental é o maior parceiro da cidade, há as parcerias dentro do parque, a outra empresa em que Marcos trabalha, mas que é no parque, e diz que estão evoluindo em todos os sentidos, para dar a devida destinação do recurso do FIA. Eliezer relata que, como Rosa havia dito na reunião ordinária, houve projetos apresentados que por uma assinatura já foi barrado. Daiani explica a Marcos que o Eliezer já foi o presidente do CMDCA antes do André, e por isso tem conhecimento. Rosa diz que todos do conselho são responsáveis pelos projetos aprovados, e se houver falhas todos irão responder. Rosa diz que se tiver reunião que não concorda não assinará a ata. O que passou, passou, mas daqui pra frente, os projetos cancelados também devem seguir um padrão, e se não estiver: descarta ou refaz. Rosa diz que quando não está visível aprovam na boa fé e diz que em outro conselho teve um ano de ter uma aprovação de comprar um carro para o conselho tutelar, o juiz pediu para os conselheiros pagarem de forma parcelada o recurso investido, porém o bem não fica para os conselheiros. Eliezer diz que é compreensível a preocupação de trazer essas documentações na correria, considerando que o dinheiro já está na conta, porém o ideal seria passar os projetos pela Comissão de Normas, e somente depois passar pela plenária, e por ela sim sendo ou não aprovados. Eliezer diz que seria melhor para visualização a confecção de uma planilha, um check list dos profissionais que irão trabalhar nos projetos. Eliezer diz que estão fazendo a análise inversa. Rosa diz que tem no edital. Eliezer diz que não tem assinatura em orçamento nenhum, 90% dos orçamentos são referentes à questão dos uniformes, e pegos da internet. Eliezer diz que não tem orçamento de transporte ou a que se refere o marketing e explica que a entidade não pode ter lucro com o projeto. Da mesma forma seria se o Grupo Escoteiro solicitasse recurso para administrar o projeto. Eliezer diz que tem um gasto de água, luz que não pode ser com o FIA. Rosa complementa que é uma parceria. Eliezer diz que os profissionais que estão fazendo parte do projeto. Eliezer explica que Richarles assinou orçamentos de Assistente de produção, coordenação geral, coordenação cultural dos dois projetos. Diz que da forma como está apresentado está difícil de analisar. André diz que é uma apresentação, foi indicado a Marcos vir no Conselho de Normas, mas explica que ele não é integrante dessa comissão, ele está presente para esclarecer no que for preciso sobre os projetos. André diz que devem ter um paradigma, e devem focar em quais são as perguntas que a comissão tem a ele. André diz

para ver no edital, e ver o que querem questionar. André diz que tem as questões da administração e do conselho: O conselho tem que ir ao local e verificar do que foi colocado no papel o que está na prática sendo feito, e cabe a administração a questão de analisar as notas. Rosa diz que a Comissão deveria encaminhar quais são as pendências, com meta: tantos dias para a entidade apresentar, até para não demorar muito para a entidade, pois entendem que a entidade precisa de dinheiro. André diz que é fácil questionar o Marcos sobre as dúvidas. Rosa diz que a verba do FIA tem que ser verba pontual, o projeto tem que ter começo meio e fim. Rosa explica que tem alguns itens que o orçamento dá pra justificar a variação do valor na prestação de contas. Rosa diz que até três anos consecutivos e não têm como mensurar depois. Rosa diz que quando é construção é uma coisa, mas quando o projeto é de ação é outra diferente, após passar esse período o projeto pode vir apresentado com outro nome. André diz que o Marcos pode informar quais são os materiais de R\$ 10.000,00. Eliezer diz que apresentaram apenas os orçamentos dos uniformes. Quando é prestação de serviço deve ter discriminado quem fará qual serviço, especificar as horas de serviço, o valor discriminado. Eliezer diz que vão precisar de muitas horas para analisar. Marcos diz que com relação ao pagamento da coordenação nunca tiveram problemas com lei Rouanet, do idoso. Eliezer diz que recurso do FIA não pode custear despesa do parque, já foi falado que a ENGIE não paga todas as despesas, porém é de conhecimento de todos que o recurso do FIA não pode custear gastos da entidade. Eliezer diz que tem uma resolução do Tribunal de Contas, a qual não recorda agora, que o FIA não pode ser utilizado para marketing, e é outra questão que não pode e está presente no projeto. Eliezer diz que devem se basear nos princípios constitucionais: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Eliezer diz que com relação à legalidade devem seguir as leis e resoluções, à impessoalidade é verificar se não estão favorecendo pessoas de seu meio, como parentes, à publicidade, é tornar público todas as questões do projeto, onde se está utilizando recurso público. Eliezer sugere que tenham bastante tempo para analisar os projetos para fazer o checklist. Eliezer diz que as Comissões existem para levar o assunto mastigado para a plenária, e não para decidir. Rosa diz que a Comissão tem que analisar e cobrar da entidade, e exemplifica: se está faltando um orçamento a comissão já deve pedir antes de ir para a plenária. Daiani diz que talvez uma outra pessoa possa da AJL possa vir para esclarecer melhor. Eliezer questiona quais os itens são considerados uniforme. Marcos diz que cinto, coturno, cantil e boné estão como acessórios e não uniformes. Eliezer questiona se são 30 alunos. Marcos diz que a promessa de formação é de 30, porém o projeto é para 60 alunos, explicando que podem se evadir. Eliezer diz que poderiam mandar o checklist, pois foi uma informação que chegou agora: que alguns itens estão no uniforme e outros em acessórios, pra quantos e se podem ser todos tirados da internet. Renata diz que lá na educação aceitam 2 orçamentos de internet, porém assinados. Eliezer diz que se for o caso de apresentar da internet alguém da entidade tem que certificar que é verdadeiro. Rosa diz que tem coisas que não vê necessidade caso estiver em papel timbrado. André questiona sobre a coordenação geral: R\$ 38.700,00, onde estão especificadas essas atividades. Marcos diz que não estão especificadas. Rosa diz que precisarão de mais tempo. André diz que está anotando para formular um documento. Eliezer diz que há alguns itens que devem ser corrigidos, há orçamentos de itens que são para 70 pessoas, e outras 60. Eliezer diz que a readequação é para atender 30, então os orçamentos apresentados devem ser para essas 30 pessoas. André concorda que deve ter um orçamento especificado para 30. André questiona se tem, em algum momento, mencionadas no projeto despesas fixas como água, luz. André diz que quanto ao marketing devem buscar se tem impeditivo, pois tanto no edital, quanto na Resolução do CONANDA não viu impeditivo. Eliezer diz que deve ser especificado: quanto ao marketing, do que, quanto tempo, em que jornal. André diz que irão verificar pendência. Marcos diz que quanto ao pagamento profissional é a AJL quem realiza. André questiona se podem especificar. Eliezer diz que ele vai estar produzindo prova contra si mesmo. Pedro Paulo diz que devem aguardar, pois no momento não tem como analisar. Eliezer diz que há essa ânsia de querer fazer, e o recurso já estar na conta, porém os projetos já estão em andamento, e a verba do FIA não dá para restituir, com a observação que o orçamento chegou ontem. Marcos diz que solicita um posicionamento, um parecer sobre esse item para verificar suas próximas ações. André diz que o que Marcos quer dizer é que se demorar eles vão pedir a devolução do dinheiro do FIA. Marcos diz que ou readequar. Rosa diz que hoje ao final da reunião irá sair o que precisa. André diz que ao sair da reunião devem especificar os itens. Marcos diz que a entidade pode coordenar ou não as atividades. Eliezer diz que sobre esse item é

o ônus da entidade, que não pode cobrar para oferecer o projeto, reforçando que a entidade deve arcar com os custos da coordenação do projeto. Rosa diz que tudo que é necessário para análise deve estar no projeto. Eliezer diz que tem o ônus da entidade e o FIA não pode pagar despesas anteriores. André diz para não pagar o coordenador, mas pode pagar, por exemplo, um pedreiro. Eliezer solicita que tenha uma cópia, ou que sejam encaminhados de forma digitalizada os orçamentos. André diz que tem algumas questões que podem ser analisadas, como o orçamento que é de 30 pessoas. Rosa diz que não deve ser assim, que deve sair alguma coisa da reunião. Não devem mandar tudo de novo por e-mail para a entidade ficar esperando. Eliezer questiona se não tiver essa possibilidade de coordenar com o FIA eles continuarão. O ponto chave é se a entidade irá querer continuar, ou solicitar o dinheiro de volta. Marcos diz que vão procurar realizar uma readequação. Eliezer diz que devem consultar os universitários, e que não adianta se apegar aos detalhes, mas ver a questão da administração dos projetos. Ou a entidade desiste ou readequa totalmente. Eliezer diz que tem que se ausentar devido compromissos. André questiona se o recurso da coordenação vai para a AJL. Marcos diz que vai para a AJL administrar o projeto. André questiona o prazo pra dar um posicionamento para a AJL, André diz que ou readequam ou vão perder o recurso. André diz que um dos princípios citados por Eliezer é a eficiência, portanto não podem engavetar, devem tentar resolver o mais rápido possível. André questiona se a verba do FIA que vai pra AJL, ou seja, vai ficar para a entidade, ou a entidade utilizará para pagar os funcionários específicos do projeto. André diz que se utilizam a aplicação para o projeto não vê problema. Vitor diz que se o gerenciamento estiver cobrando a estrutura que já existe, por exemplo: funcionário que já existe ali, já trabalha na entidade, mas é diferente se o indivíduo trabalha para o projeto, e não faz parte da estrutura do parque. André diz que água e luz não podem ser pagos. André questiona a Marcos se poder encaminhar em 48h um posicionamento. Marcos diz que até mais. André diz que não quer perder esse recurso que também irá beneficiar outros projetos do município por reter a porcentagem. Vitor complementa que nem o projeto, que é bom. André diz que não pode utilizar o recurso para administração. Vitor diz que resoluções falam que não pode recurso para custear a entidade e custos fixos da entidade e que o tribunal de Contas realiza a fiscalização externa baseado nesse check list. Vitor diz que podem contratar um músico, por exemplo, mas não pagar a faxineira que já está lá e limpa outros locais que não o do projeto. Rosa exemplifica que ela pode utilizar alguém do CEACA pode, mas não pode sair o recurso para outras atividades, deve ter a folha, o mês, e diz que se a pessoa está contratada para o projeto não pode estar recebendo também da entidade, Rosa diz que não faz o levantamento do que gasta com o projeto e o que é da entidade, por ser muito trabalhoso, mas que é possível. Marcos diz que na AJL conseguem mensurar o gasto de energia para cada local. Rosa diz que devem diferenciar na fatura. Vitor diz que é possível, mas é mais fácil realocar o recurso de outra forma. Rosa diz que outra coisa é a prestação de contas do projeto vir para a Comissão analisar, e diz que não deve vir, e sim ir direto para o controle interno. Rosa diz que o que o CMDCA verifica é o que foi apresentado no projeto: a quantidade de atendidos se o projeto é pra 30 e têm 10 crianças, o número de uniformes se tem lá, o tempo de duração do projeto, por exemplo: ir visitar no dia que acontece. Rosa diz que estão fazendo o inverso, e reforça que quem tem que fiscalizar as contas é o controle interno. Vitor diz que existe uma comissão e que irão à entidade fiscalizar. Rosa diz que se mudar o dia do projeto a comissão tem que ser avisada, se era terça e foi feito na sexta, devem justificar, por exemplo: que foi mudado o dia porque estava chovendo. Vitor diz que a comissão dá o parecer sobre o que veêm, e o recurso do FIA não pode para atividades continuadas. André diz que irá liberar o Marcos. Marcos diz que vão trabalhar essa questão da coordenação e mensurar os materiais. Rosa sugere que o representante da entidade pode vir, mas Rosa reforça que tem que especificar tudo, que podem colocar o geral, mas depois no projeto tem que especificar. Rosa diz que devem ter meta, resultado alcançado e período. Rosa diz que deve ter orçamento de profissionais, orçamento de cada coisa. Rosa diz que seria o mesmo que encaminhar os orçamentos que são utilizados pelo projeto. Rosa diz que não tem como pagar coordenação do parque e diz que foi falado da Marina que já estava na entidade como nutricionista, mas quando ela é paga para o projeto é para o projeto, não recebe de dois lugares. Daiani questiona se não foi pensado que contatar a Marina, que sai da folha do CEACA, e o recurso do FIA que seria direcionado para a folha dela ficaria para uso da entidade. Rosa diz que no período do projeto ela era contratada para o projeto. Daiani questiona o valor da coordenação é pra quanto tempo. André diz

que ele estava hoje para esclarecer, e agora também é conselheiro do CMDCA. Pedro Paulo diz que apesar de ele ser do CMDCA hoje o Marcos esteve presente como representante do parque. Rosa diz que há questões que não podem ser discutidas na frente dele. Vitor concorda que tem momentos que é importante estar, mas outros que caberia a discussão da comissão. Rosa diz que nesse momento está tudo errado, porém ainda há tempo de concertar, foi o que aconteceu com o escoteiro. André diz que o grupo que está reunido deve ser técnico, analisar tecnicamente. Rosa diz que dinheiro público é dinheiro público, há capacitações que os conselheiros não vão, como a do capacitar, em que todos os conselheiros deveriam ir. André diz que devem entregar um parecer técnico, um parecer oficial a AJL. André sugere encaminhar ofício à entidade. Rosa se pronunciou dizendo que a Comissão deve responder solicitando informações detalhadas através de ofício, comprometendo-se André e Rosa de elaborar o ofício, passando para os demais integrantes, para posterior encaminhamento à entidade. André diz que após a reunião formulará um ofício questionando sobre os projetos que são aprovados pelo CMDCA para serem financiados pelo FIA ainda passem pela câmara de vereadores. E, nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião às 10h. E, para constar eu: Sabrina Medeiros da Silva, assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.